



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2017.0000051181

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0003108-38.2013.8.26.0404, da Comarca de Orlândia, em que é apelante DER DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM, são apelados FÁTIMA DAS DORES FERNANDES FIORI (JUSTIÇA GRATUITA), LEONARDO CAMATIO FIORI (JUSTIÇA GRATUITA), CAMILA RIBEIRO FIORI (JUSTIÇA GRATUITA) e FLORISVAL FIORI (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores CESAR LACERDA (Presidente sem voto), GILSON DELGADO MIRANDA E BERENICE MARCONDES CESAR.

São Paulo, 7 de fevereiro de 2017

CESAR LUIZ DE ALMEIDA

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

VOTO Nº 6965

APELAÇÃO Nº 0003108-38.2013.8.26.0404

APELANTE: DER DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM

APELADO: FÁTIMA DAS DORES FERNANDES FIORI E OUTROS

COMARCA: ORLÂNDIA

**JUIZ (A): ANA CAROLINA ALEIXO CASCALDI MARCELINO
GOMES CUNHA**

**APELAÇÃO – AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS –
ACIDENTE EM RODOVIA COM MORTE – SENTENÇA
DE PARCIAL PROCEDÊNCIA - ILEGITIMIDADE
PASSIVA AFASTADA – RESPONSABILIDADE OBJETIVA
DA CONCESSIONÁRIA – PENSIONAMENTO – REDUÇÃO
PARA 2/3 DO VALOR EQUIVALENTE AOS GANHOS DA
VÍTIMA – TERMO FINAL DO PENSIONAMENTO – DATA
EM QUE A VÍTIMA COMPLETARIA 70 ANOS – DANOS
MORAIS CONFIGURADOS – HONORÁRIOS
ADVOCATÍCIOS MANTIDOS – JUROS DE MORA DESDE
O EVENTO DANOSO – SÚMULA 54 STJ – RECURSO
PARCIALMENTE PROVIDO.**

Trata-se de recurso de apelação (fls. 159/184) interposto contra a r. sentença de fls. 155/157 que, em ação de reparação de danos, julgou parcialmente procedentes os pedidos da inicial, a fim de condenar a requerida ao pagamento de: a) pensão de 1,78 salários mínimos vigentes ao tempo da sentença e ajustada às variações ulteriores e décimo terceiro, sendo metade para a autora Camila Ribeiro Fiori e a outra metade para o autor Leonardo Camatio Fiori, sendo que para este a pensão será devida até que complete 25 anos de idade, e para a viúva até a data em que a vítima completaria 70 anos; b) indenização a título de danos morais, a quantia de R\$ 200.000,00, sendo cinquenta mil para cada autor, devidamente atualizada a partir do arbitramento e acrescida de juros de mora a partir do evento danoso.

A r. sentença condenou a requerida ao pagamento das custas, despesas processuais, e honorários advocatícios no importe de 10% sobre o valor atualizado da condenação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

A requerida apela e alega em sede de preliminar a ilegitimidade passiva. No mérito, sustenta a responsabilidade subjetiva e que a falta de fiscalização não é causa suficiente para a ocorrência do evento danoso.

Quanto aos danos materiais, aduz que o valor fixado a título de pensão deve ter reduzido para 1/3 do valor dos ganhos da vítima já que este valor seria utilizado para seu próprio sustento. Além disso, defende que a pensão deve ter como termo final a data em que a vítima completaria 65 anos.

Discorre acerca da inexistência de danos morais ou, subsidiariamente, a necessidade de redução de tal indenização, assim como do valor arbitrado a título de honorários advocatícios.

Por fim, requer que os juros de mora sejam contados a partir da citação, não se aplicando a Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça, sob o fundamento de que não se trata de responsabilidade por ato ilícito.

O recurso foi regularmente processado e recebido em ambos os efeitos (fls. 197).

Contrarrazões a fls. 199/209.

Parecer da Douta Procuradoria Geral de Justiça pelo desprovimento do recurso (fls. 236/243).

É o relatório.

Ab initio, deixo consignado que o recurso comporta parcial acolhimento.

A preliminar de ilegitimidade passiva confunde-se com o mérito, pelo que passo a decidir.

Consta dos autos que em 11/12/2010, Leandro Donizete Fiori conduzia sua motocicleta Honda CBX 250, com sua esposa, a autora Camila Ribeiro Fiori, na Rodovia Arantes, Km 63, sentido Batatais à Orlândia, quando um animal bovino da raça “nelori” invadiu a pista de rolamento e a motocicleta de Leandro o atropelou.

Em decorrência do atropelamento, Leandro veio a óbito e Camila sofreu lesões corporais.

Com efeito, ao contrário do alegado pela apelante, a responsabilidade da concessionária exploradora de serviço público é objetiva, independente da prova de culpa, nos termos dos artigos 37, § 6º, da Constituição Federal, e artigo 14, do Código de Defesa do Consumidor, devendo prestar um serviço adequado, assegurando a proteção e a incolumidade dos motoristas e passageiros.

Tal responsabilidade apenas ficaria afastada se houvesse prova de culpa exclusiva da vítima, caso fortuito ou força maior, o que não se



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

demonstrou no presente caso.

Aliás, esse é o entendimento pacífico do Colendo Superior Tribunal de Justiça, confira-se:

CIVIL E PROCESSUAL. ACIDENTE. RODOVIA. ANIMAIS NA PISTA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. SEGURANÇA. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. PRECEDENTES. I - De acordo com os precedentes do STJ, as concessionárias de serviços rodoviários estão subordinadas à legislação consumerista. II - A presença de animais na pista coloca em risco a segurança dos usuários da rodovia, respondendo as concessionárias pelo defeito na prestação do serviço que lhes é outorgado pelo Poder Público concedente. III- Recurso especial conhecido e provido (REsp 687.799/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 15/10/2009, DJe 30/11/2009). Sic

O laudo pericial realizado pelo Instituto de Criminalística concluiu que o acidente ocorreu em razão da presença de animal na pista (fls.35):

“Baseado na análise dos elementos técnicos-materiais colhidos no local em conjunto com os informes obtidos sou levado a admitir que o veículo com placa de licenciamento DOY9628 trafegava pela Rodovia Altino Arantes, no sentido de direção Batatais/Orlândia, quando no km 63+700m atropelou o animal bovino acima descrito que se encontrava sobre a pista”. Sic

A testemunha dos requerentes, Márcio Rodrigo Fernandes (mídia de DVD - fls. 139/140) prestou depoimento em juízo ratificando a versão do atropelamento apresentada pelos autores e informou que transitou muitas vezes pela rodovia onde ocorreu o acidente por trabalhar em Batatais.

Alegou que tal pista de rolamento era mal sinalizada e que era **“difícil a presença de cercas”**. Sic

Nesse contexto, o conjunto probatório dos autos deixou claro o nexo de causalidade entre a omissão da concessionária em evitar a presença do animal na pista e o acidente em questão, o que impõe à apelante a obrigação de indenizar os autores.

Nesse sentido já decidiu esta 28ª Câmara de Direito Privado, a saber:

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. Acidente de trânsito. Presença de animal na pista de rolamento. Fato incontroverso. Responsabilidade objetiva. Inteligência do art. 37, § 6º, da Constituição Federal. Ato comissivo por omissão. Inação estatal injustificável. Exclusão de responsabilidade não demonstrada. Indenização devida. Danos materiais. Valores necessários ao reparo do veículo. Orçamentos trazidos pelo autor indicam o prejuízo sofrido. Indenização por depreciação do veículo indevida, ausente prova de efetiva desvalorização. Recurso parcialmente provido. (Apelação nº 0002596-83.2011.8.26.0288 – Desembargador Relator GILSON DELGADO MIRANDA – j. 03/12/2015 – v.u.). Sic

Por outro lado, no que diz respeito ao pensionamento, a r. sentença merece ser parcialmente alterada.

Isso porque conforme disposto nos autos, a vítima era casada com a autora Camila Ribeiro Fiori, sendo que ambos possuíam um filho, o também autor Leonardo Camatio Fiori. Tal fato demonstra que a renda auferida pela vítima era compartilhada entre 3 pessoas. Por isso, a pensão devida aos autores supramencionados deve ser paga na proporção de 2/3 dos ganhos do *de cujus*, levando-se em conta que 1/3 era destinado à própria vítima.

Outrossim, o termo final do pensionamento não merece ser alterado, uma vez que deve corresponder a expectativa média de vida do brasileiro calculada pelo IBGE, no ano que em ocorreu o acidente.

Conforme pesquisa no sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/esperancas-de-vida-ao-nascer.html>), em 2010, ano do acidente, a expectativa média de vida do brasileiro era de 73,48. Entretanto, a fim de se evitar a *reformatio in pejus*, o termo final do pensionamento deve ser a data em que a vítima completaria 70 anos, conforme fixado em sentença.

Sobre essa questão, também, já decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça, a saber:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA NÃO CONFIGURADA. REVISÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. PENSÃO MENSAL. TERMO FINAL. EXPECTATIVA DE VIDA DA VÍTIMA. DANOS MORAIS. VALOR RAZOÁVEL. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. O eg. Tribunal de origem, à luz das circunstâncias fáticas da causa,

concluiu pela configuração da responsabilidade civil da empresa de transporte coletivo pelo acidente de trânsito, pois, conforme consta dos depoimentos testemunhais e do laudo pericial, o ônibus de sua propriedade trafegava em alta velocidade, tendo ultrapassado o sinal vermelho e atingido o veículo no qual se encontrava o marido da agravada, que veio a óbito em decorrência da colisão. Destarte, no caso, a alteração de tais conclusões, para reconhecer a culpa exclusiva da vítima pelo acidente, demandaria a análise do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça. 2. Segundo a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, o termo final da pensão por morte decorrente de ato ilícito deve levar em consideração as peculiaridades do caso concreto, bem assim dados atuais sobre a expectativa de vida média do brasileiro, baseada esta nos dados estatísticos fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Precedentes. 3. O entendimento do Superior Tribunal de Justiça é pacífico no sentido de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais pode ser revisto nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no caso em tela. Isso, porque o valor da indenização por danos morais, arbitrado em R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), não é exorbitante nem desproporcional às peculiaridades do caso concreto, em que ocorreu a morte do marido da ora agravada em decorrência do acidente de trânsito causado por preposto da empresa agravante. 4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 794.430/CE, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 28/06/2016, DJe 03/08/2016). Sic

Por outro vértice, é inegável o sofrimento experimentado pela esposa e filho em decorrência da morte de Leandro Donizete Fiori, que era filho, esposo e pai dos autores, o que lhes garante a indenização por danos morais.

Nesse sentido é a orientação jurisprudencial do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, a saber:

Dano moral puro. Indenização. Sobrevindo, em razão do ato ilícito, perturbação nas relações psíquicas, na tranqüilidade e afetos de uma pessoa, configura-se o dano moral, passível de indenização” (STJ-4ª. Turma, Resp. Rel. Min. Barros Monteiro, j. 18.02.92, RSTJ 34/285). Sic

É oportuna, ainda, a lição que foi ofertada pelo Eminentíssimo Desembargador **NEY ALMADA**, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, como Relator nos autos da apelação cível n. 173.975-1/0, j. 29/12/1992, a saber:

“Na escala axiológica, o bem da vida humana é supremo, servindo de assento a qualquer outro e, ainda, para a realização de todos os demais valores. Bem fundante. Primeiro e último valor, Ortega & Gasset a considera a realidade radical, aquela onde se enraízam todos os demais”. Sic

E prossegue o Eminentíssimo Desembargador Relator **NEY ALMADA** no mencionado Venerado Acórdão esclarecendo que:

“Existe, ademais, direito ao gozo da vida alheia, como no caso dos pais relativamente ao filho perecido. A vida surge, pois, como um centro concreto de irradiação de benefícios para outras pessoas. O que a vítima representava para os autores - eis o bem jurídico tutelado pela indenização de danos morais”. Sic

Patente, pois, a indescritível dor suportada pela esposa, filho e pais pelo passamento do marido, filho e pai no trágico acidente, verdadeiro dano psíquico que deve ser reparado.

Reconhecido o dano moral puro, observo que, conquanto inexistir fórmula matemática para a apuração do *quantum* da indenização, o mesmo deve guardar correspondência com a gravidade do fato e as condições econômicas do postulante e do causador do dano, evitando-se o enriquecimento sem causa e a reiteração da prática ilícita.

Ademais, devem ser observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Nesse passo, entendo que o valor arbitrado pelo MM. Juiz *a quo*, de R\$ 50.000,00 para cada autor, atende satisfatoriamente aos parâmetros antes mencionados, não comportando modificação, e devendo, portanto, ser mantido.

A apelante requer por fim a redução dos honorários advocatícios e que os juros de mora sejam contados a partir da citação.

Verifica-se que os honorários advocatícios foram devidamente fixados em 10% sobre o valor atualizado da condenação, nos termos do artigo 85, §2º do Código de Processo Civil, considerando o grau de zelo do profissional, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, pelo que devem ser mantidos.

Por fim, os juros de mora devem ser aplicados desde o evento danoso, conforme fixado em sentença e nos termos da Súmula 54 do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Superior Tribunal de Justiça, tendo em vista o reconhecimento da responsabilidade extracontratual da apelante.

Ante o exposto, pelo meu voto, dou parcial provimento ao recurso, apenas para reduzir a pensão fixada a 2/3 de 1,78 salários mínimos, mantendo-se a sentença quanto aos demais pontos fixados.

CESAR LUIZ DE ALMEIDA
Relator